

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO PÚBLICO MÉDIO DE DEFENSORIA

Tipo 1 - Branca



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Numa parede de uma fábrica de cerveja de Tiradentes (MG), estava escrita a seguinte frase: “Há bares que vêm para o bem”.

Sobre a estrutura e o conteúdo semântico desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

- (A) a estrutura dessa pequena frase é de caráter intertextual;
- (B) a repetição fônica vêm/bem auxilia a apreensão da frase;
- (C) a oração “que vêm para o bem” explica o sentido de “bares”;
- (D) a forma plural “vêm” concorda com “bares”;
- (E) a forma verbal “Há” tem sentido de “existência”.

2

Muitas frases publicitárias ou poéticas utilizam repetições ou semelhanças fônicas a fim de melhorar o seu efeito; a frase em que essa utilização NÃO está presente é:

- (A) “Quem te viu, quem te vê”;
- (B) “Príncipe veste hoje o homem de amanhã”;
- (C) “O rato roeu a roupa do rei de Roma”;
- (D) “Air France: vá e volte voando”;
- (E) “Um rei fraco faz fraca a forte gente”.

3

Os erros de regência – má escolha da preposição utilizada – são muito comuns; a frase abaixo em que a preposição está corretamente utilizada, segundo a tradição gramatical, é:

- (A) João, residente à Rua Santa Clara;
- (B) Ninguém se lembra o lugar onde nasceu;
- (C) Nenhum condômino obedece o regulamento do prédio;
- (D) Como enfermeira, assistiu ao médico na operação;
- (E) O acusado respondeu às perguntas do juiz.

4

“Em caso de morte no acidente, a vítima pode receber o seguro no próprio escritório da seguradora”.

O problema de construção dessa frase está:

- (A) na incoerência lógica dos termos;
- (B) na troca indevida entre “acidente” e “incidente”;
- (C) na utilização desnecessária de “próprio”;
- (D) no erro ortográfico em “seguradora” por “Seguradora”;
- (E) no erro de emprego de vírgula após “acidente”.

5

A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos *mandado/mandato* é:

- (A) O mandado de senador dura 8 anos;
- (B) Impetrou mandato de segurança com pedido de liminar;
- (C) Não tinha mandado de busca para entrar na casa;
- (D) Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse;
- (E) O mandato de apreensão não havia sido expedido.

6

A respeito de algumas tragédias que afetam o nosso país, o jornal *O Globo*, de 16/02/2019, fez uma reportagem a que deu o título “Por que o Brasil repete as suas tragédias”.

Pelo título dado a essa reportagem, o leitor pode concluir que o texto deve:

- (A) mostrar o desprezo das autoridades pelo ambiente natural;
- (B) atribuir as culpas das últimas ocorrências;
- (C) indicar as consequências dos desastres naturais;
- (D) enumerar as tragédias ocorridas;
- (E) responder à pergunta do título.

7

Uma reportagem de um jornal carioca sobre a área da saúde pública no nosso país traz o seguinte texto:

“Baixa vacinação contra sarampo ameaça Sudeste. Com o número de casos saltando em média 50% em um ano no mundo, o sarampo registrou o primeiro surto no Brasil em 2019, no Pará. A maior preocupação do Ministério da Saúde é o baixo índice de vacinação contra a doença: 49%. Se não atingir 95%, o sarampo pode passar a outras regiões, como a Sudeste”.

Sobre a estruturação e a significação desse texto, a única afirmativa INADEQUADA é:

- (A) a classificação de “baixa” para a vacinação aparece justificada no texto;
- (B) o destaque dado ao Sudeste se justifica pelo fato de o jornal estar nessa região;
- (C) a intenção do texto é a de aumentar a vacinação no país;
- (D) a argumentação do texto se apoia na intimidação do público leitor;
- (E) o segmento “o primeiro surto no Brasil” se refere ao maior surto de sarampo ocorrido no país.

Texto 1

Um centro de reumatologia publicou em revista semanal o seguinte texto:

“Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas. Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!

Dores na coluna tem vários motivos e podem estar associadas a doenças. Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”. (adaptado)

8

O segmento do texto 1 que justifica a existência desse anúncio publicitário é:

- (A) “Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas”;
- (B) “Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!”;
- (C) “Dores na coluna tem vários motivos”;
- (D) “... podem estar associadas a doenças”;
- (E) “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

9

No texto 1, o problema gramatical está:

- (A) na forma verbal “tem” na primeira linha do texto;
- (B) na forma do demonstrativo “isso” em lugar de “isto”;
- (C) na forma verbal “tem” do segundo parágrafo;
- (D) no uso de “vários motivos” em lugar de “motivos vários”;
- (E) no emprego de “um especialista” por “especialistas”.

10

A frase abaixo em que a grafia do termo em negrito está equivocada é:

- (A) O atleta genioso deve ter sido **mal-educado** pelos pais;
- (B) Trata-se de pessoa **mal-educada**;
- (C) Os **mal-educados** não são pessoas agradáveis;
- (D) Nenhum **mal-educado** deve estar presente na festa;
- (E) Os arruaceiros presos são muito **mal-educados**.

11

Há uma série de palavras em língua portuguesa que modificam o seu sentido em função de uma troca vocálica; esse fato só NÃO ocorre em:

- (A) deferir / diferir;
- (B) infarte / infarto;
- (C) emergir / imergir;
- (D) descrição / discricção;
- (E) eminente / iminente.

12

Uma reportagem que abordava a delinquência juvenil trazia a seguinte frase: “A maioria desses jovens vivem **à custa** dos pais”.

A palavra *custa* traz sentido diferente de *custas* no plural, empregada na linguagem jurídica; o exemplo abaixo em que a possível mudança de sentido NÃO ocorre com a passagem do singular para o plural é:

- (A) ferro / ferros;
- (B) fêria / férias;
- (C) cobre / cobres;
- (D) humanidade / humanidades;
- (E) motivo / motivos.

13

Na tentativa de dar concisão, muitas orações adjetivas podem ser substituídas por adjetivos; a opção abaixo em que essa substituição foi corretamente realizada é:

- (A) Não há bem que sempre dure / efêmero;
- (B) Nem tudo que reluz é ouro / iluminado;
- (C) Fatos que se repetem são cansativos / frequentes;
- (D) Sentimentos que duram pouco trazem dor / passageiros;
- (E) Muitas moedas que são guardadas perdem valor / resguardadas.

14

Um livro de um autor espanhol sobre os dicionários dizia o seguinte:

“Os anglo-saxões inventaram o *pay-per-view*, que consiste em um programa de televisão previamente pago. Os anglo-saxões terão muita tecnologia, mas nós continuamos tendo muitas palavras. Não por terem mais tecnologia vão ter mais palavras, nem nós menos recursos linguísticos por carecer de recursos econômicos. As palavras não custam dinheiro, ainda que às vezes pareça que as inglesas nos saem mais baratas”.

O último período desse texto discute:

- (A) o amplo uso de palavras inglesas no idioma espanhol;
- (B) o domínio econômico no terreno linguístico;
- (C) a maior eficiência dos termos ingleses;
- (D) o predomínio do idioma inglês no mundo;
- (E) a normal carência de palavras num idioma.

15

O jornal *O Globo*, de 15/2/2019, publicou o seguinte texto:

“**Sem equipamentos, previsão de tempo no Rio é falha.** Dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) mostram que o Rio tem apenas sete estações meteorológicas na capital, insuficientes para prever ou monitorar com precisão o volume de chuvas. Pelo padrão internacional, seriam necessárias 84 no município. Falta de pessoal também é problema”.

Sendo um texto informativo, o texto apresenta a seguinte falha:

- (A) mostra dois problemas sem dar detalhes;
- (B) deixa de indicar o problema mais grave;
- (C) não indica a razão de a previsão ser falha;
- (D) anexa uma frase final não previsível no título;
- (E) confusão semântica entre Rio, capital e município.

Texto 2

“Em linhas gerais a arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa. De Portugal, desde o descobrimento do Brasil, vieram para aqui os fundamentos típicos da arquitetura colonial. Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo, porque as novas condições de vida em clima e terras diferentes impuseram adaptações e mesmo improvisações que acabariam por dar à do Brasil uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa ou de feição portuguesa. E como arquitetura portuguesa, nesse caso, cumpre reconhecer a de característica ou de estilo barroco”. (Luís Jardim, *Arquitetura brasileira*. Cultura, SP: 1952)

16

Pela estrutura geral do texto 2, ele deve ser incluído entre os textos:

- (A) descritivos;
- (B) narrativos;
- (C) dissertativo-expositivos;
- (D) dissertativo-argumentativos;
- (E) injuntivos.

17

No texto 2 há uma série de adjetivos que se referem a substantivos e com eles concordam; a opção em que essa relação de concordância está errada é:

- (A) integral / transplantação;
- (B) novas / condições;
- (C) terras / diferentes;
- (D) diferente / feição;
- (E) barroco / característica ou estilo.

18

As preposições, em língua portuguesa, ora são empregadas por uma exigência gramatical de um termo anterior, ora por necessidades semânticas, não sendo de emprego obrigatório.

No texto 2, o único exemplo de emprego obrigatório, exigido gramaticalmente, é:

- (A) “boa tradição da arquitetura portuguesa”;
- (B) “De Portugal, desde o descobrimento do Brasil”;
- (C) “fundamentos típicos da arquitetura colonial”;
- (D) “transplantação integral de gosto”;
- (E) “uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa”.

Texto 3

“Perseguido pelo branco, o negro no Brasil escondeu as suas crenças nos terreiros das macumbas e dos candomblés. O folclore foi a válvula pela qual ele se comunicou com a civilização branca, impregnando-a de maneira definitiva. As suas primitivas festas cíclicas – de religião e magia, de amor, de guerra, de caça e de pesca... – entremostraram-se assim disfarçadas e irreconhecíveis. O negro aproveitou as instituições aqui encontradas e por elas canalizou o seu inconsciente ancestral:

nos autos europeus e ameríndios do ciclo das janeiras, nas festas populares, na música e na dança, no carnaval...”

(Luís da Câmara Cascudo. Antologia do folclore brasileiro - Volume I. São Paulo, Martins, 1956)

19

As festas cíclicas dos negros tornaram-se “irreconhecíveis”, segundo o texto 3, porque:

- (A) tratavam de assuntos não valorizados pelos brancos;
- (B) exploravam temas contrários ao catolicismo dominante;
- (C) provinham dos terreiros das macumbas e dos candomblés;
- (D) procuravam escapar da tradição ancestral;
- (E) eram veiculadas por instituições portuguesas.

20

Os termos sublinhados no texto 3 são conectores; o sentido INADEQUADO de um desses conectores é:

- (A) pelo / agente de ação;
- (B) nos / lugar;
- (C) com / companhia;
- (D) e / adição;
- (E) por / meio.

Texto 4

“Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, alguns escritores, pressentindo certamente a era tecnológica que se avizinhava e o conflito bélico que abalaria as raízes de um universo ainda estruturado com base na Nação-Estado, dedicaram-se à antevisão do mundo do futuro. H.G. Wells, Aldous Huxley, George Orwell, entre outros, iniciando a série de *science-fiction*, procuraram descrever a sociedade do futuro, como uma projeção das linhas que as descobertas científicas indicavam como prováveis. Em todas essas profecias havia uma constante: o mundo novo não conheceria mais a liberdade, pelo menos com a latitude e o conceito que dela então se tinha”. (L. G. Nascimento Silva. A liberdade e o computador. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, nº 116, 1969)

21

O emprego do tempo verbal (texto 4) “abalaria” mostra o seguinte valor semântico:

- (A) denotação de uma ação passada vista como futura;
- (B) expressão de incerteza sobre fatos atuais;
- (C) sinalização de uma ação que ocorreu antes de outra ação passada;
- (D) indicação de um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu;
- (E) anúnciação de um fato atual, que ocorre no momento em que se fala.

22

No texto 4, há uma série de fragmentos de orações adjetivas sublinhados; o adjetivo que substitui adequadamente um desses fragmentos é:

- (A) que antecederam a Segunda Guerra Mundial / antecipadores da Segunda Guerra Mundial;
- (B) que se avizinhava / eminente;
- (C) que abalaria as raízes de um universo / abalador das raízes de um universo;
- (D) que as descobertas científicas indicavam como prováveis / cientificamente identificadoras;
- (E) que dela então se tinha / ultrapassado.

23

“Em todas essas profecias havia uma constante: o mundo novo não conheceria mais a liberdade, pelo menos com a latitude e o conceito que dela então se tinha”(texto 4).

O vocábulo sublinhado aparece com o mesmo sentido em:

- (A) A liberdade não mais existirá no mundo futuro;
- (B) Todos terão mais liberdade que agora;
- (C) A sociedade futura terá mais tempo disponível;
- (D) Dois mais dois serão sempre quatro;
- (E) No futuro, viajaremos mais que agora.

24

Uma frase publicitária dizia:

“Compre pneus Michelin e ganhe uma viagem a Paris”.

O argumento publicitário dessa frase se fundamenta no(na):

- (A) sedução;
- (B) tentação;
- (C) apelo afetivo;
- (D) intimidação pela vergonha;
- (E) competição.

25

Inadimplência reduzida. Alguns dos entrevistados da classe C têm prestações atrasadas, em proporção maior que os da classe D, também entrevistados, o que mostra que os segmentos de renda menores representam riscos menores do que anos atrás. Isso ocorre porque o modelo de análise de crédito das instituições financeiras está mais eficaz. (Conexão, julho 2008)

O argumento básico desse texto se apoia no(na):

- (A) exemplo que passa de um fato particular para um caráter geral;
- (B) narrativa de um fato emblemático;
- (C) autoridade da empresa responsável pela entrevista;
- (D) credibilidade da revista que publica a reportagem;
- (E) atualidade dos dados apresentados.

26

“Até mesmo de um corpúsculo disforme pode sair um espírito realmente forte e virtuoso”.

Nessa frase, há uma forma diminutiva de *corpo*; a frase abaixo em que o diminutivo sublinhado perdeu o sentido original de diminutivo e passou a significar outra realidade é:

- (A) Havia na parede uma portinhola por onde se compravam as entradas para o jogo;
- (B) Era uma revistinha francesa que cabia no bolso da camisa;
- (C) Os alunos verificaram na folhinha as datas previstas para as provas finais;
- (D) Comeu muitos biscoitinhos de araruta, gostosíssimos;
- (E) Apesar de ser um vidrinho bem diminuto, o preço era alto.

27

“Sob a ponte a escuridão era total. Alguns ruídos não identificáveis e o cheiro de água apodrecida aumentavam a sensação de desconforto da tropa”.

Esse fragmento de texto descritivo se apoia exclusivamente:

- (A) na audição / no tato / na visão;
- (B) na audição / na visão / no paladar;
- (C) na visão / no paladar / no tato;
- (D) no paladar / no olfato / na visão;
- (E) no olfato / na audição / na visão.

28

“No laboratório tudo parecia confuso: havia vidros com líquidos de diversas cores em armações de madeira, pequenas chamas esquentavam algumas substâncias que borbulhavam, pequenos tufo de fumaça escapavam de uma pequena chaleira no fogão ao fundo...”

Nesse texto, o observador descritor se caracteriza como:

- (A) especialista no tema da descrição;
- (B) ligado afetivamente ao ambiente descrito;
- (C) opositor afetivo ao que é descrito;
- (D) inexperiente sobre o que é objeto da descrição;
- (E) plagiário, já que imita o estilo de um cientista.

29

“Todas as formas estão diluídas. Cinco horas da manhã.

A carroça do padeiro passa estrondando, fazendo tremer a quietude da cidade afundada, mas um instante depois o seu vulto e o seu ruído se dissolvem de novo na cerração.

O silêncio torna a cair”. (Graça Aranha, Canaã)

Nesse texto, o observador da cena NÃO pode descrever perfeitamente o que vê em função de limitações:

- (A) físicas;
- (B) psíquicas;
- (C) culturais;
- (D) afetivas;
- (E) temporais.

30

O texto descritivo abaixo que se fundamenta predominantemente em elementos gustativos é:

- (A) “De uma mesa distante no restaurante, a única ocupada ainda, vinha o ruído de vozes de homens. Uma gargalhada rebentou sonora em meio de vozes exaltadas. E a palavra cabrito saltou dentre as outras que se arrastavam pastosas”. (Lygia Fagundes Telles, A ceia)
- (B) “Deitado, ele beliscou dois ou três grãos. Chupou o sumo azedo, deixou cair a casca no prato. Apanhou outro bago, mais doce”. (Dalton Trevisan, As uvas)
- (C) “Nas barcas, os armazéns tresandavam a lixo e peixe podre, a latas vazias de óleo, como cheiro de homens esfarrapados”. (Autran Dourado, A barca dos homens)
- (D) “O pai comprou o sapato de couro áspero, dois números maiores (....) Enfiou no pé frio o sapato branco de tênis. Ao pentear-lhe o louro cabelo, a cabeça ainda em fogo”. (Dalton Trevisan, Pedrinho)
- (E) “A dona era uma velha balofa, de peruca mais negra que a asa da graúna. Vestia um pijama desbotado de seda japonesa e tinha as unhas aduncas recobertas por uma crosta de esmalte vermelho-escuro, descascado nas pontas encardidas”. (Lygia Fagundes Telles, As formigas)

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

31

João e José são réus em ação penal na qual o Ministério Público imputa-lhes a prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes. Após entrevista inicial com ambos os réus, que manifestaram interesse em ser assistidos pela Defensoria, o Defensor Público que atua junto à Vara Criminal verificou que os réus se acusam reciprocamente de serem os proprietários do entorpecente apreendido pela Polícia Militar.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, João e José têm direito à:

- (A) defesa técnica pela Defensoria Pública, que deve ser feita pelo mesmo Defensor Público que atua junto à Vara Criminal, que, contudo, deverá apresentar petições distintas para cada réu no curso da ação penal;
- (B) defesa integral e gratuita, que será patrocinada, respectivamente, pela Defensoria em favor do réu que primeiramente se entrevistou com o Defensor Público e por um advogado dativo em relação ao outro réu;
- (C) atuação de Defensores Públicos distintos, desde que o juízo defira o pedido de desaforamento do processo;
- (D) atuação de Defensores Públicos distintos, pois verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre eles;
- (E) atuação de Defensores Públicos distintos, desde que o juízo defira o pedido de desmembramento do processo.

32

O adolescente Mário cumpre medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo. Sua mãe Maria procurou a Defensoria Pública Estadual narrando uma série de irregularidades praticadas contra seu filho no interior do estabelecimento, bem como pleiteando sua desinternação. Para obter os elementos necessários à elaboração do pleito judicial, o Defensor Público entendeu imprescindível entrevistar o adolescente.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, compete à Administração Estadual reservar instalações seguras e adequadas aos trabalhos da Defensoria Pública Estadual, bem como:

- (A) garantir a atuação da defesa no estabelecimento de internação, visando ao atendimento jurídico permanente dos internos, que têm direito a se entrevistar uma vez por semana com o Defensor Público;
- (B) franquear acesso a todas as dependências do estabelecimento independentemente de prévio agendamento, fornecer apoio administrativo e prestar todas as informações solicitadas;
- (C) assegurar o acesso à documentação dos assistidos, aos quais não poderá negar o direito de entrevista com os membros da Defensoria Pública do Estado, exceto em caso de sanção disciplinar de incomunicabilidade;
- (D) garantir o acesso a todas as dependências do estabelecimento e o direito de entrevista do Defensor Público, mediante prévio agendamento com antecedência mínima de 24 horas;
- (E) assegurar o direito de entrevista telefônica com o adolescente, a qualquer tempo e sem necessidade de prévio agendamento, bem como entrevista pessoal, mediante prévia autorização judicial.

33

O IBGE divulgou pesquisa indicando que 15,2 milhões de brasileiros estavam vivendo abaixo da linha da extrema pobreza em 2017, com renda mensal de até R\$ 140. Nesse país em que a desigualdade social ainda é enorme, a Defensoria Pública possui ampla atribuição para tutelar os interesses das pessoas necessitadas.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, é função institucional da Defensoria Pública:

- (A) representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública quando a vítima do crime for considerada hipossuficiente;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa das pessoas naturais necessitadas, excluída a atuação em favor de pessoa jurídica;
- (D) definir política pública e priorizar áreas estratégicas para serem contempladas com o orçamento público em matéria de ações de combate à miséria;
- (E) promover ação civil pública na tutela dos direitos coletivos, seja qual for o pedido da demanda, ainda que não beneficie, em tese, grupo de pessoas hipossuficientes.

34

João, que está desempregado, compareceu ao núcleo de atendimento da Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação indenizatória em face de seu vizinho. Em entrevista ao assistido, após ouvir todo o relato, o Defensor Público entendeu que a demanda era manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses de João, que, contudo, manteve firme seu propósito de ajuizar a ação.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei Complementar nº 80/94, o Defensor Público deve:

- (A) deixar de patrocinar a ação, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder, e João terá o direito de ter sua pretensão revista;
- (B) deixar de patrocinar a ação, comunicando o fato à Corregedoria, com as razões de seu proceder, e João terá o direito de buscar advogado particular para assisti-lo;
- (C) deixar de patrocinar a ação, comunicando o fato ao Conselho Superior da Defensoria, com as razões de seu proceder, e João terá o direito de ser assistido pelo Defensor Tabelar;
- (D) encaminhar João ao Defensor Tabelar, que obrigatoriamente deverá ajuizar a demanda em favor do assistido, que será advertido das possíveis consequências processuais;
- (E) ajuizar imediatamente a ação, advertindo João das possíveis consequências processuais negativas, como condenação em honorários de sucumbência e litigância de má-fé.

35

Às vésperas da última eleição, João, Técnico Médio da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, enviou mensagem pelo aplicativo de celular WhatsApp para um grupo de colegas, todos lotados na mesma repartição pública, consistente em uma figura com meme de determinado candidato a cargo eletivo. Por motivo de intolerância ideológica e política, José, igualmente servidor ocupante de cargo efetivo da Defensoria Pública, após receber a mensagem, desferiu cinco socos no rosto de João, causando-lhe lesões corporais graves.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, após o devido processo administrativo disciplinar, João está sujeito à pena disciplinar de:

- (A) advertência, e a prescrição da pretensão punitiva funcional ocorre em 2 (dois) anos;
- (B) repreensão, e a prescrição da pretensão punitiva funcional ocorre em 2 (dois) anos;
- (C) suspensão até 30 (trinta) dias, e a prescrição da pretensão punitiva funcional ocorre em 3 (três) anos;
- (D) suspensão até 180 (cento e oitenta) dias, e a prescrição da pretensão punitiva funcional ocorre em 5 (cinco) anos;
- (E) demissão, e a prescrição da pretensão punitiva funcional ocorre no mesmo prazo da prescrição do crime.

36

Observe os atos administrativos a seguir descritos, referentes à gestão e à organização administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

- I. Praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos do quadro de apoio da estrutura da Defensoria Pública-Geral do Estado.
- II. Julgar, em grau de recurso, os processos administrativos disciplinares de membros da Defensoria Pública.
- III. Promover a publicação de atos oficiais no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, mantido pela instituição.

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, os atos acima descritos competem, respectivamente, ao:

- (A) Defensor Público-Geral do Estado, ao Conselho Superior da Defensoria Pública e ao Defensor Público-Geral do Estado;
- (B) Governador do Estado, ao Defensor Público-Geral do Estado e ao Ouvidor-Geral da Defensoria Pública;
- (C) Defensor Público-Geral do Estado, ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública e ao Ouvidor-Geral da Defensoria Pública;
- (D) Defensor Público-Geral do Estado, ao Conselho Superior da Defensoria Pública e ao Ouvidor-Geral da Defensoria Pública;
- (E) Governador do Estado, ao Conselho Superior da Defensoria Pública e ao 1º Subdefensor Público-Geral do Estado.

37

Em relação aos direitos e vantagens pecuniárias, a Lei Complementar Estadual nº 6/77 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro) estabelece que os membros da Defensoria Pública fluminense têm direito a:

- (A) perceber diária por plantão judiciário equivalente a dez por cento de seus vencimentos;
- (B) receber auxílio-moradia equivalente a quinze por cento de seus vencimentos;
- (C) gozar férias individuais por 60 (sessenta) dias em cada ano, sendo que as férias não gozadas no período, por conveniência do serviço, poderão sê-lo, acumuladamente, no ano seguinte;
- (D) usufruir de gratificação pela acumulação de funções em órgãos de atuação distintos, no valor da metade de seus vencimentos;
- (E) auferir gratificação de adicional por tempo de serviço, correspondente ao percentual de cinco por cento a cada triênio de efetivo exercício.

38

O Novo Código de Processo Civil de 2015 estabelece que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Nesse contexto, de acordo com o citado diploma legal:

- (A) a gratuidade da justiça compreende, dentre outras, as despesas com a realização de exame de código genético – DNA e de outros exames considerados essenciais;
- (B) a insuficiência financeira deve ser provada pela parte que requerer a gratuidade de justiça, não cabendo a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural;
- (C) o direito à gratuidade da justiça é inerente ao polo ocupado pela parte (autor ou réu), se estendendo ao litisconsorte e ao sucessor do beneficiário, independentemente de novo requerimento e deferimento expressos;
- (D) a concessão de gratuidade afasta automaticamente a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- (E) a gratuidade, quando deferida, o será integralmente, sendo vedada a concessão parcial em relação a algum ato processual ou a redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

39

João foi assistido pela Defensoria Pública em ação indenizatória, na qual obteve gratuidade de justiça.

Ocorre que João restou vencido na demanda e, de acordo com o Novo Código de Processo Civil de 2015, as obrigações decorrentes de sua sucumbência:

- (A) serão automaticamente extintas em razão da inexigibilidade de adimplemento da obrigação pelo princípio do acesso à justiça, desde que a gratuidade de justiça tenha sido deferida e mantida durante todo o curso do processo, até o seu trânsito em julgado;
- (B) serão automaticamente extintas em razão da invalidade da obrigação de pagar quantia certa pela sucumbência, sob pena de violação ao princípio da isonomia, desde que a gratuidade de justiça tenha estado em vigor na data em que ocorreu o trânsito em julgado do processo;
- (C) ficarão sob condição suspensiva de validade e somente poderão ser executadas se, nos 3 (três) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;
- (D) ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;
- (E) poderão ser imediatamente executadas pelo credor, independentemente da demonstração de que a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade deixou de existir, eis que a gratuidade de justiça consiste em benefício concedido pelo poder público a seus próprios atos, não alcançando direitos de particulares.

40

Para viabilizar o exercício de suas funções legais com eficiência, independência e celeridade, os Defensores Públicos contam com diversas garantias e prerrogativas.

Consoante dispõe a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, é exemplo de prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado:

- (A) gozar de vitaliciedade, após 2 (dois) anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- (B) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa;
- (C) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, mediante prévio e indispensável instrumento de procuração, ressalvados os casos urgentes;
- (D) não ser removido compulsoriamente do órgão em que estiver lotado, exceto por pena de remoção compulsória aprovada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, assegurada a ampla defesa;
- (E) não ser preso, senão por prévia ordem judicial escrita, inclusive na hipótese de flagrante delito, e quando houver prisão, a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral e ao Procurador-Geral de Justiça.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**41**

Antônio, pessoa hipossuficiente no plano econômico e morador de uma área carente do Estado, procurou a Defensoria Pública e solicitou que fosse ajuizada uma ação judicial para obrigar o Poder Público a lhe fornecer certo medicamento indispensável à sua sobrevivência.

À luz da sistemática constitucional, a ação a ser ajuizada buscará tutelar:

- (A) um direito social;
- (B) um direito coletivo;
- (C) uma garantia coletiva;
- (D) uma garantia individual;
- (E) uma liberdade individual.

42

João requereu a matrícula do seu filho de dez anos em determinada escola pública, o que foi indeferido pelo respectivo diretor, por escrito, de modo arbitrário, ilegal e sem qualquer fundamentação.

Considerando a sistemática constitucional, o instrumento constitucional passível de ser utilizado para se obter a matrícula do filho de João, que teve o seu direito líquido e certo à educação violado, é:

- (A) o *habeas data*;
- (B) o *habeas corpus*;
- (C) o mandado de injunção;
- (D) o mandado de segurança;
- (E) a reclamação constitucional.

43

Clara, pessoa economicamente hipossuficiente, perguntou a um parente, com formação jurídica, se poderia procurar a Defensoria Pública para obter orientações sobre como deveria proceder para vender a casa em que morava.

O referido parente informou corretamente que a Defensoria Pública:

- (A) não atenderia Clara, pois não existe uma ação judicial em curso;
- (B) somente atenderia Clara se fosse paga a taxa de consulta jurídica;
- (C) não atenderia Clara, pois a atuação no plano extrajudicial restringe-se à defesa dos direitos humanos;
- (D) atenderia Clara, pois sua atuação, de modo gratuito, estende-se ao plano judicial e ao extrajudicial;
- (E) teria liberdade para decidir se atenderia, ou não, Clara, por se tratar de atuação extrajudicial.

44

Joana, Prefeita Municipal, praticou diversos ilícitos em detrimento do respectivo Município, os quais redundaram em dano ao patrimônio público.

Maria, cidadã brasileira, economicamente hipossuficiente, procurou a Defensoria Pública e informou que desejava ajuizar uma ação constitucional cabível para obter, de Joana, o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.

Essa ação é:

- (A) a ação penal;
- (B) a ação popular;
- (C) o mandado de segurança;
- (D) a ação coletiva;
- (E) a ação difusa.

45

Na sistemática constitucional, existem matérias que podem ser disciplinadas por leis da União, dos Estados e do Distrito Federal. Nesse caso, a União se limita à edição de normas gerais.

Trata-se de competência legislativa:

- (A) concorrente;
- (B) privativa;
- (C) exclusiva;
- (D) livre;
- (E) partilhada.

46

Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela.

Essa instituição é:

- (A) o Ministério Público;
- (B) a Defensoria Pública;
- (C) a Procuradoria-Geral do Estado;
- (D) a Polícia Judiciária;
- (E) o Poder Judiciário.

47

Determinado vereador almejava apresentar projeto de lei fixando o subsídio a ser pago aos integrantes da Câmara Municipal, tendo solicitado que sua assessoria se pronunciasse sobre a existência de algum limite constitucional a esse respeito.

A assessoria respondeu corretamente que, à luz da sistemática constitucional:

- (A) não existem limites a serem observados;
- (B) os limites existentes somente estão relacionados à população do Município;
- (C) os limites existentes somente estão relacionados ao subsídio dos deputados estaduais;
- (D) os limites existentes estão relacionados à população do Município e ao subsídio dos deputados estaduais;
- (E) os limites existentes somente estão relacionados ao subsídio dos deputados federais.

48

Determinado Prefeito Municipal, insatisfeito com a atuação do Juiz de Direito da Comarca, que já contava com dez anos de efetivo exercício na magistratura, solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça que o “demitisse” por decisão administrativa.

À luz da sistemática constitucional, o referido pedido é incompatível com a garantia constitucional da:

- (A) inamovibilidade;
- (B) vitaliciedade;
- (C) irredutibilidade;
- (D) indisponibilidade;
- (E) inelegibilidade.

49

A Câmara dos Vereadores do Município Alfa aprovou o diploma normativo que regeria o Município, por dois terços dos seus membros, após dois turnos de votação, com o interstício de dez dias entre cada uma delas.

O referido diploma normativo, na sistemática constitucional, é:

- (A) a Constituição Municipal;
- (B) a Lei Orgânica Municipal;
- (C) a Lei Complementar Municipal;
- (D) a Lei Ordinária Municipal;
- (E) o Estatuto Municipal.

50

O Tribunal de Justiça do Estado divulgou edital para a promoção de cinco Juízes de Direito para uma entrância mais elevada da carreira.

De acordo com a sistemática constitucional, essas promoções devem observar:

- (A) alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento;
- (B) apenas o critério de merecimento;
- (C) apenas o critério de antiguidade;
- (D) alternadamente, os critérios de antiguidade, merecimento e sorteio;
- (E) apenas o critério de sorteio.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

51

O Defensor Público, Dr. João, estava em férias deferidas para todo o mês de janeiro. Ocorre que o Defensor Público-Geral do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16 de janeiro, praticou ato administrativo determinando a interrupção de férias do Dr. João no dia 30 de janeiro, por necessidade do serviço, para que ele comparecesse a uma importante audiência pública marcada para aquele dia. No dia 23 de janeiro, o chefe da Defensoria recebeu o ofício anunciando o adiamento *sine die* da audiência pública, razão pela qual praticou novo ato administrativo, revogando o anterior de interrupção de férias e mantendo integralmente as férias do Dr. João, na forma originalmente deferida.

Tal ato administrativo de revogação da interrupção de férias do Dr. João foi praticado pelo Defensor Público-Geral com base no princípio da administração pública da:

- (A) intrascendência, segundo o qual o administrador público está vinculado à veracidade dos motivos expostos para a prática de qualquer ato administrativo;
- (B) autotutela, que permite ao administrador público revogar seus próprios atos inoportunos ou inconvenientes, sem necessidade de manifestação prévia judicial;
- (C) continuidade, haja vista que o administrador público não pode interromper sem justo motivo e contraditório prévio as férias de um servidor público;
- (D) legalidade, na medida em que o administrador público deveria ter oportunizado o contraditório e a ampla defesa ao Dr. João antes da interrupção de suas férias;
- (E) eficiência, eis que a interrupção de férias enseja indenização em favor do servidor prejudicado e, diante do desaparecimento do justo motivo, deve-se evitar dano ao erário.

52

João, Técnico Médio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no exercício da função, caminhava carregando em seus braços uma enorme pilha de autos de processos, quando tropeçou e caiu em cima da particular Maria, que estava sendo atendida pela Defensoria, quebrando-lhe o braço e danificando o aparelho de telefone celular que estava na mão da lesada.

Em razão dos danos que lhe foram causados, Maria ajuizou ação indenizatória em face:

- (A) da Defensoria Pública-Geral do Estado, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa de João;
- (B) da Defensoria Pública-Geral do Estado, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de João;
- (C) do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa de João;
- (D) do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa de João;
- (E) da Defensoria Pública-Geral do Estado e do Estado do Rio de Janeiro, com base na responsabilidade civil solidária entre ambos, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa de João.

53

Com o objetivo de retaliação política, o novo prefeito João, tão logo tomou posse, praticou ato administrativo determinando a remoção do servidor público efetivo municipal José, seu antigo desafeto, que não o apoiou na campanha eleitoral. Inconformado, José buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, ocasião em que lhe foi informado que era:

- (A) inviável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade ou reforma do ato de remoção, eis que está calcado na discricionariedade administrativa;
- (B) inviável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade ou reforma do ato de remoção, eis que goza do atributo da presunção de legalidade e legitimidade;
- (C) viável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade do ato de remoção, diante do abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento competência do ato;
- (D) viável o ajuizamento de ação judicial visando à nulidade do ato de remoção, diante do abuso de poder, na modalidade desvio de poder, por vício no elemento finalidade do ato;
- (E) viável o ajuizamento de ação judicial visando à revogação do ato de remoção, diante do abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento motivo do ato.

54

Por meio de inquérito civil público, o Ministério Público realizou investigações sobre suposto envolvimento do policial civil João com a milícia que atua em determinada comunidade do Rio de Janeiro. O MP obteve provas de que João adquiriu, para si, no exercício do cargo de inspetor de polícia, bem imóvel no valor de sete milhões de reais, desproporcional à evolução de seu patrimônio ou à sua renda.

Pelos fatos narrados, de acordo com a Lei nº 8.429/92, em tese, João:

- (A) não cometeu qualquer ato de improbidade administrativa, pois a simples evolução patrimonial incompatível do agente público não configura ato ímprobo, sendo imprescindível, de acordo com a lei de improbidade, a comprovação da origem ilícita da verba utilizada na formação do patrimônio do policial;
- (B) não cometeu qualquer ato de improbidade administrativa, pois a simples evolução patrimonial incompatível do agente público não configura ato ímprobo, sendo imprescindível a comprovação de efetivo prejuízo financeiro aos cofres públicos;
- (C) não cometeu qualquer ato de improbidade administrativa, pois eventuais atos de corrupção e envolvimento com o crime organizado fora do exercício da função pública não configuram ato de improbidade e estão restritos às sanções na esfera criminal;
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito e está sujeito, dentre outras, às sanções de perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos;
- (E) cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e está sujeito, dentre outras, às sanções de perda da função pública, cassação dos direitos políticos e ressarcimento de eventuais danos ao erário.

55

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar contratação de serviços de paisagismo, a fim de revitalizar os canteiros e jardins existentes na sua sede. Após pesquisas de mercado, o Defensor Público-Geral verificou que o valor de mercado estimado para contratação é de cem mil reais e optou pela contratação de determinada associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, com expertise na área de paisagismo.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a Administração Pública:

- (A) pode contratar diretamente a mencionada associação, mediante dispensa de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- (B) pode contratar diretamente a mencionada associação, mediante inexigibilidade de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- (C) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade convite, diante do valor da contratação;
- (D) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços, diante do valor da contratação;
- (E) deve contratar a sociedade empresária que sair vencedora da licitação, que deverá ser feita na modalidade concorrência, diante do valor da contratação.

56

Professores municipais ocupantes de cargo efetivo da rede pública de educação realizaram greve, pelo período de duas semanas, pleiteando aumento salarial. Após o retorno às atividades, o Município propôs aos grevistas a compensação, por acordo, dos dias de paralisação. Um grupo de professores grevistas procurou assistência jurídica na Defensoria Pública, indagando sobre a conveniência de aceitarem o acordo.

Tendo em vista que a greve não foi provocada por conduta ilícita do Poder Público, o Defensor Público, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, orientou os professores a:

- (A) aceitarem o acordo de compensação, pois é cabível a compensação dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos por meio de acordo, sob pena de imediata demissão dos servidores grevistas;
- (B) aceitarem o acordo de compensação, pois a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo;
- (C) aceitarem o acordo de compensação, pois é cabível a compensação dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos por meio de acordo, haja vista que o direito de greve não se estende ao serviço público;
- (D) não aceitarem o acordo de compensação, pois a administração pública não pode proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, independentemente da greve não ter sido provocada por conduta ilícita do Poder Público;
- (E) não aceitarem o acordo de compensação, pois, apesar de a administração pública dever descontar os dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, não é permitida a compensação por meio de acordo.

57

Policiais militares, em operação de combate ao tráfico de entorpecentes, trocaram disparos de arma de fogo com criminosos em comunidade do Rio de Janeiro. Durante a troca de tiros, um projétil de arma de fogo atingiu a cabeça da criança João, de 6 anos, que estava de uniforme a caminho da escola e faleceu imediatamente. Câmeras de vigilância e perícia de confronto balístico comprovaram que o disparo que vitimou o menor se originou da arma do PM José.

A família de João buscou assistência jurídica da Defensoria Pública, que:

- (A) informou da impossibilidade de ajuizar ação indenizatória contra o Estado do Rio de Janeiro, pois a Defensoria integra o Poder Executivo estadual;
- (B) informou da impossibilidade de ajuizar ação indenizatória contra o Estado do Rio de Janeiro, pois o policial agiu no estrito cumprimento de seu dever legal;
- (C) ajuizou ação indenizatória em face do PM José, com base em sua responsabilidade civil objetiva, devendo ser comprovado que o policial agiu com culpa ou dolo;
- (D) ajuizou ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo;
- (E) ajuizou ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo.

58

Em matéria de controle da Administração Pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, é exercida pelo Poder:

- (A) Judiciário, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno;
- (B) Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno;
- (C) Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno;
- (D) Executivo, com auxílio da Controladoria-Geral do Estado, mediante controle externo, e o Governador deve repassar os recursos orçamentários à Defensoria até o dia 30 (trinta) de cada mês;
- (E) Executivo, com auxílio do Defensor Público-Geral do Estado, mediante controle misto, e o Governador deve repassar os recursos orçamentários à Defensoria até o dia 10 (dez) de cada mês.

59

O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa exclusivamente em face de João, presidente de uma entidade privada, que figurou como beneficiária da transferência de recursos públicos, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres com determinado Município. Diante de graves problemas financeiros por que passa atualmente, João buscou assistência jurídica na Defensoria Pública.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Defensor Público deve apresentar defesa prévia, requerendo o não recebimento da inicial, sob o argumento de que é:

- (A) condição de procedibilidade da ação civil pública por ato de improbidade administrativa a efetiva existência de prejuízo ao erário, o que não está comprovado;
- (B) ilegítima a atuação do Ministério Público, eis que apenas o ente público prejudicado ostenta legitimidade ativa para ajuizar ação civil de improbidade administrativa;
- (C) incabível a propositura de ação civil de improbidade administrativa contra o particular, ainda que em litisconsórcio com o agente público, eis que apenas os servidores públicos estão sujeitos às sanções previstas na lei de improbidade;
- (D) imprescindível que se comprove a culpa ou o dolo do particular para configuração dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública;
- (E) inviável a propositura de ação civil pública por ato de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

60

João, ocupante do cargo efetivo de Técnico Médio da Defensoria Pública, foi condenado à pena disciplinar de suspensão de 60 (sessenta) dias, após regular processo administrativo disciplinar (PAD). Enquanto cumpria a sanção disciplinar, João obteve provas de fatos novos comprobatórios de sua inocência, que não foram trazidos e analisados no PAD.

No caso em tela, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, João deverá:

- (A) requerer a revisão do PAD, e a Comissão Revisora concluirá o encargo no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias;
- (B) recorrer do PAD, e a mesma autoridade que aplicou a sanção de suspensão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, para decidir o recurso;
- (C) pleitear administrativamente sua reintegração, no prazo prescricional de 2 (dois) anos, para tornar sem efeito a pena imposta, restabelecendo-se todos os seus direitos;
- (D) requerer judicialmente sua reintegração, pois restou preclusa a via administrativa, para obter o ressarcimento dos vencimentos e vantagens ligados ao cargo;
- (E) apresentar recurso hierárquico ao Governador do Estado, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, para decidir o recurso.

NOÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO

61

Quanto ao benefício da gratuidade de justiça, é correto afirmar que:

- (A) só pode ser requerido na petição inicial ou na contestação, sob pena de preclusão;
- (B) a alegação de hipossuficiência econômica, formulada por pessoa física, é dotada de presunção absoluta de veracidade;
- (C) a decisão que o indeferir é irrecurável, podendo ensejar o ajuizamento de mandado de segurança;
- (D) a circunstância de a parte requerente ser patrocinada por advogado particular configura óbice à sua concessão;
- (E) pode consistir na redução percentual das despesas que ao beneficiário caiba adiantar no curso do feito.

62

São condições genéricas para o regular exercício da ação:

- (A) partes capazes e demanda regularmente formulada;
- (B) pedido e causa de pedir;
- (C) legitimidade *ad causam* e interesse de agir;
- (D) juízo competente e capacidade postulatória;
- (E) capacidade para estar em juízo e representação processual.

63

Uma vez transitada em julgado, dá azo à formação da coisa julgada material a decisão que:

- (A) homologar a desistência da ação;
- (B) acolher a arguição de prescrição formulada pelo réu;
- (C) extinguir o feito, em razão do abandono da causa pelo autor;
- (D) concluir pela intransmissibilidade do direito em disputa, no caso de morte da parte;
- (E) reconhecer a ocorrência do fenômeno da litispendência.

64

No que concerne aos pronunciamentos dos órgãos jurisdicionais, é correto afirmar que:

- (A) todas as decisões interlocutórias são impugnáveis por meio de agravo de instrumento;
- (B) sentença é o ato por meio do qual se põe fim ao procedimento comum, desde que resolvido o mérito do feito;
- (C) os acórdãos não precisam ser assinados pelos magistrados, por se proferirem na própria sessão de julgamento;
- (D) atos meramente ordinatórios, como a vista ao órgão da Defensoria Pública, independem de despacho;
- (E) decisão interlocutória não é apta a versar sobre o mérito do processo.

65

No tocante aos recursos, é correto afirmar que:

- (A) visam à invalidação, reforma, esclarecimento ou integração do pronunciamento jurisdicional impugnado;
- (B) a sua interposição rende ensejo à instauração de um novo processo;
- (C) são interponíveis pelas partes e por terceiros prejudicados, mas não pelo *Parquet* como fiscal da ordem jurídica;
- (D) devem ser interpostos, como regra geral, no prazo de vinte dias;
- (E) a sua desistência, pelo recorrente, só é eficaz caso haja a concordância do recorrido.

66

No âmbito do processo civil, a Defensoria Pública:

- (A) dispõe do prazo em quádruplo para contestar, em dobro para interpor recursos e simples para contra-arrazoá-los;
- (B) tem a prerrogativa da intimação pessoal, mediante carga, remessa ou meio eletrônico;
- (C) não pode propor ação civil pública, embora possa ajuizar a ação cautelar que lhe seja preparatória;
- (D) não pode requerer a intimação pessoal da parte patrocinada, ainda que o ato processual pendente dependa de providência somente por ela realizável;
- (E) caso perca, por negligência, o prazo para recorrer de sentença desfavorável à parte patrocinada, o Defensor Público poderá ser civil e regressivamente responsabilizado.

67

Tendo percebido que um dos litisconsortes ativos era parte ilegítima, o juiz reconheceu ser ele carecedor do direito de ação, tendo determinado o prosseguimento do feito em relação às demais partes.

A natureza desse pronunciamento judicial é de:

- (A) sentença;
- (B) decisão interlocutória;
- (C) despacho;
- (D) decisão monocrática;
- (E) ato meramente ordinatório.

68

Pedro propôs demanda em face de João, imputando-lhe o fato de tê-lo agredido fisicamente, o que, alegadamente, lhe gerou danos materiais e morais, cujas indenizações pleiteia.

Está-se diante de cumulação de pedidos:

- (A) sucessiva;
- (B) alternativa;
- (C) subsidiária;
- (D) simples;
- (E) imprópria.

69

Ana, pessoa civilmente capaz, procurou a Defensoria Pública para que esta lhe patrocinasse a causa, voltada para a obtenção de decisão judicial de reconhecimento de seu direito à percepção de pensão previdenciária em razão da morte de seu companheiro, já que, por ora, apenas Fernando, filho de ambos, com doze anos de idade, seria o único beneficiário. Na sequência, Ana, por meio da Defensoria Pública, propôs a medida judicial cabível em face da autarquia previdenciária e do herdeiro Fernando.

Nesse cenário, deverá o julgador:

- (A) nomear curador especial ao segundo réu, tocando à Defensoria Pública tal *munus*;
- (B) nomear curador especial ao segundo réu, tocando ao Ministério Público tal *munus*;
- (C) nomear Ana como representante legal do segundo réu, pois ela já figura no processo;
- (D) determinar o prosseguimento do processo, sem nomeação de curador especial ao segundo réu;
- (E) extinguir o processo em razão da ausência de capacidade processual do segundo réu.

70

Segundo o vigente Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, e independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência.

Trata-se de regras processuais que encerram a aplicação do princípio constitucional do(a):

- (A) livre acesso à justiça;
- (B) juiz natural;
- (C) isonomia;
- (D) ampla defesa;
- (E) duração razoável do processo.

Realização

